

Preservar ou Produzir o Espaço?

Prof^a. Dr^a. Regina Esteves Lustoza
Arquiteta
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Viçosa
Campus Universitário
rlustoza@ufv.br
Tel. trab. 3138991970/3138915291
Tel. cel. 319617230

Preservar ou Produzir o Espaço?

Resumo:

O Modernismo pode ser definido como um movimento estético surgido na década de 20 do século passado, notadamente caracterizado por uma nova visão de mundo e por uma mentalidade inovadora, expressas nas artes plásticas, na literatura e na arquitetura.

A cidade e a arquitetura assumem papéis especiais e devem espalhar uma nova ordem. A modernização, o embelezamento, o saneamento significam credibilidade, investimentos e mão-de-obra qualificada.

Podemos dizer que a arquitetura moderna brasileira nasceu no Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro em 1937; mas foi batizada, na Pampulha, capital mineira em 1942. O projeto de Oscar Niemeyer deu início a história da arquitetura moderna em Minas Gerais.

Os arquitetos mineiros se voltaram para o novo vocabulário de formas e caminhos abertos, e isso se repercutiu em algumas cidades menores do interior mineiro, dentre elas: Viçosa, que se esforçava em seguir as pegadas das capitais.

O processo de reprodução pode ser refletido no espaço da cidade através da propriedade privada do solo, que transforma o espaço em raridade.

Este processo ocorreu e ainda vem ocorrendo em cidades mineiras de médio porte com uma velocidade assustadora, e isso, causando alguns danos aos poucos exemplares da arquitetura moderna na região da Zona da Mata Mineira.

O trabalho tem como objetivo problematizar a falta de preservação de certos edifícios, em especial as residências unifamiliares, e a forma de uso e ocupação do solo em algumas cidades do interior mineiro.

Os exemplares de edifícios encontrados são importantes na história da arquitetura moderna brasileira e estão seriamente ameaçados a desaparecer.

Pretendemos tomar parte do debate sobre a preservação da arquitetura e do urbanismo modernos a partir da produção/reprodução do espaço urbano, enfrentando as formas de uso e ocupação do solo nas cidades contemporâneas. Preservar ou Produzir?

Palavras chaves: preservar; produzir o espaço; cidade contemporânea

Abstract:

The Modernism can be defined as an aesthetic movement appeared in the decade of 20th of the passed century, characterized for a new vision of world and an innovative mentality, express in the plastic arts, literature and the architecture.

The city and the architecture assume roles special and must spread a new order. The modernization, the beauty, the sanitation means credibility, investments and qualified man power. We can say that the Brazilian modern architecture was born in the Ministry of the Education and Health, Rio de Janeiro in 1937; but it was baptized, in the Pampulha, capital mineira in 1942. The project of Oscar Niemeyer gave to beginning the history of the modern architecture in Minas Gerais. The mining architects if had come back toward the new vocabulary of forms and opened ways, and this if he reed-echo in some lesser cities of the mining interior, amongst them: Viçosa, that if strengtove in following the footprints of the capitals. The reproduction process can be reflected in the space of the city through the private property of the ground, that transforms the space into rarity. This process occurred and still it comes occurring in mining cities of average transport with a frightful speed, and this, causing some damages to the few units of the modern architecture in the region of the Zone of Mining Mata. The work has as objective to problematizar the lack of preservation of certain buildings, in special the unifamiliares residences, and the form of use and occupation of the ground in some cities of the mining interior. The units of joined buildings are important in the history of the Brazilian modern architecture and seriously are threatened to disappear. We intend to take part of the debate on the preservation of the modern architecture and urbanism from the production/reproduction of the urban space, facing the forms of use and occupation of the ground in the cities contemporaries. Preserve or produce?

Words keys: preserve; produce the space; city of Minas Gerais

Preservar ou Produzir o Espaço?

Introdução

A proposta deste trabalho é refletir e analisar a falta de preservação de certos edifícios, em especial as residências unifamiliares, e a forma de uso e ocupação do solo em algumas cidades do interior mineiro. O espaço urbano, transformado passa a ser produzido através dos interesses econômicos, que criam e destróem continuamente estruturas e formas. Assim, o patrimônio histórico urbano, que sempre foi visto como um entrave ao sistema produtivo vem sendo descaracterizado e destruído, principalmente nas cidades localizadas em regiões que se expandiram intensamente.

O texto tem o objetivo de abordar o ambiente urbano a partir de uma visão que não se detém a preservação ou proteção da natureza e dos recursos naturais, mas, leva em consideração o ambiente construído pela apropriação e produção do espaço urbano. Procuramos vincular a questão de preservação arquitetônica e do crescimento urbano através da expansão de certas áreas nas cidades do interior mineiro. A abordagem da preservação histórica e da produção do espaço urbano dentro de uma perspectiva integrada entre o social e o espacial.

A partir da metade do século XX, as regiões centrais das cidades começaram a ser vistas como espaço de agregação de obras históricas, e estas se tornaram uma alternativa ao crescimento econômico com o desenvolvimento imobiliário.

O patrimônio edificado possibilita o contato com a história e identidade das classes sociais, que habitam e freqüentam as áreas urbanas. Mas, para que a população se identifique e se reconheça nessas formas urbanas é necessária a conscientização sobre a história desses imóveis bem como a necessidade de conservá-los.

Dessa forma, a população local pode realizar uma análise crítica de seu papel na produção do espaço urbano, possibilitando um melhor exercício dos seus direitos e deveres. Os indivíduos passam a se sentir mais seguros, interligados e capazes de vislumbrar novas alternativas e esperanças no futuro.

O trabalho está inserido dentro de uma temática multidisciplinar que não tem intenção de esgotar a discussão e sim, contribuir para o debate sobre o espaço urbano e seu patrimônio histórico edificado. Segundo MINEO (2008) acredita-se que assim, estaremos salientando a importância destes edifícios para a memória da população local e para a imagem da cidade como um todo.

As políticas públicas urbanas devem orientar cada vez mais suas ações para a preservação desses marcos no espaço urbano, desta forma, um ambiente mais significativo e solidário onde há a valorização da história e da cultura das pessoas que participaram da construção da cidade.

Pretendemos tomar parte do debate sobre a preservação da arquitetura e do urbanismo modernos a partir da produção/reprodução do espaço urbano, enfrentando as formas de uso e ocupação do solo nas cidades contemporâneas.

Patrimônio Cultural e Intervenções Urbanas

O Patrimônio Cultural está diretamente ligado aos elementos que compõem o espaço urbano através da apropriação cidadã cotidiana, reforçando a ideia de Abreu e Gonçalves (2003) de que a categoria do patrimônio é uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana.

GONÇALVES (2002), reforça essa ideia quando diz que:

“Os patrimônios culturais são estratégias por meios das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. (...) os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. (GONÇALVES, 2002: 121).”

O patrimônio, material ou imaterial, constitui a história e a cultura de um povo, sendo o primeiro, quando possui representatividade histórica, política e social, transformado em uma referência, ou em um monumento histórico.

CHOAY (2001) faz a definição de monumento histórico e a diferenciação entre este e monumento.

“O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo, neste caso; seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular, ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso desejo de arte: neste caso, ele torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história.”

Ao longo dos estudos foi possível perceber que os monumentos e os monumentos históricos possuem maior notoriedade e assim uma maior importância dada tanto pelos turistas ou estrangeiros à civilização onde está inserida a obra, quanto pelos órgãos responsáveis pela preservação dos bens. Entendemos que os vários tipos de patrimônio que estão presentes no dia-a-dia das pessoas, as remetem as suas raízes e conformam sua cultura, fazendo com que se crie um sentimento de identidade e reconhecimento em seu lugar e de sua história. Nesse sentido, é preciso que seja respeitado e preservado o patrimônio, e assim a história e a cultura da sociedade onde este está inserido (PINTO, 2007).

O conceito de patrimônio trata de um paradigma importado. Foi desenvolvido durante séculos até alcançar, uma formulação mais precisa. Chegou ao Brasil tarde, e da mesma forma que se deu na Europa, esse conceito só foi apropriado e defendido, quase que exclusivamente por uma elite cultural, no momento em que se tomava consciência da destruição inerente à lógica da Era Industrial. A industrialização transformou os modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas, tornando obsoletas as estruturas urbanas então existentes e ameaçando os edifícios cujos valores históricos e ou artísticos apenas começavam a ser reconhecidos.

O Modernismo pode ser definido como um movimento estético surgido na década de 20 do século passado, notadamente caracterizado por uma nova visão de mundo e por uma mentalidade inovadora, expressas nas artes plásticas, na literatura e na arquitetura.

No Brasil, o movimento acontece pelas bases da modernidade. Com a república o país em desenvolvimento passa a desenvolver novos padrões urbanísticos, o envolvimento do Estado começa a partir do século XX, quando já funcionavam os grandes museus nacionais. Na década de 20 foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). A primeira iniciativa Federal relativamente à proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional, pelo decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933 (FONSECA, 2005, p.95)

A cidade e a arquitetura assumem papéis especiais e devem espalhar uma nova ordem. A modernização, o embelezamento, o saneamento significam credibilidade, investimentos e mão-de-obra qualificada.

Em Minas Gerais na década de 1930, os emergentes modernistas de Belo Horizonte determinaram e anunciaram a modernidade dos anos 40. A nomeação de Juscelino Kubitschek para prefeito, em 16 de abril de 1940, foi decisiva para a definitiva instalação do modernismo na capital mineira. JK, como era chamado, mesmo com seus ideais democráticos frente a questionável legitimidade do Estado Novo, aceitou a nomeação do cargo de prefeito. Mesmo com os cofres públicos vazios, a administração de Kubitschek, com financiamentos

bancários, tornou-se eficiente e com rapidez na execução de obras. A área central foi dotada de novas redes de água, luz e telefone, a reforma do Parque Municipal, prolongamento da Av. Amazonas até a Gameleira, a urbanização da Favela Prado Lopes e várias outras ações. As obras desse período materializaram a rápida modernização da cidade. Contudo, a que mais se destacou, com relevância nacional e internacional, foi a construção da Pampulha, inaugurada em 17 de maio de 1943. Foi através de Rodrigo Melo Franco, que JK se uniu a Oscar Niemeyer para idealizar um ícone da modernidade brasileira – a Pampulha. A área era um espaço urbano criado ao redor de um lago artificial, com um loteamento de residências de alto padrão e edificações de uso coletivo, desenhadas por Niemeyer, que confiou a Joaquim Cardozo as soluções estruturais da obra.

A arquitetura modernista mineira se inseriu definitivamente no ambiente modernista entre 1950 e 1960, através de programas voltados para as necessidades das classes mais privilegiadas e construções de equipamentos que garantissem o funcionamento e afirmação da nova política municipal, estadual e federal. Os edifícios apresentam uma arquitetura isolada, não eram mais orientados pela ação do urbanismo, que garantia uma apropriação democrática do espaço urbano – a cidade foi colocada em segundo plano, comprometendo seriamente os conceitos e o processo de modernização, principalmente nos aspectos sociais. A verticalização e a estética da arquitetura se tornam mais notórios, principalmente no centro da cidade, e os edifícios institucionais passam a representar o modernismo belo-horizontino.

A importância da arquitetura gerada pelo Movimento Moderno tem sido cada vez mais reconhecida nos meios culturais. Todavia, vale ressaltar o fato, de que por ser recente, se comparada a arquitetura do período colonial, esta não goza do mesmo *status* patrimonial. Isso faz com que as obras modernistas sejam, de certa forma, negligenciadas pelos estudos acadêmicos e pelos organismos encarregados da proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Na cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata Mineira, algumas edificações que retratam este período arquitetônico estão prestes a desaparecer, com o surgimento de uma nova produção do espaço urbano.

Uma reflexão sobre a Produção e a Raridade do Espaço Urbano

Para Lefebvre (1974), citado por GOTTDIENER (1993: 126), a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer na forma de “revolução urbana”, ou seja, na forma de uma revolução do *design* espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada, além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas.

O espaço não pode ser reduzido simplesmente a uma localização ou às relações sociais de posse de propriedade, pois ele representa uma diversidade de preocupações sócio-materiais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (recebe), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função da ordem social). Essa idéia é fundamental para começarmos a entender o trabalho de Lefebvre. Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da econômica. Observamos ainda, que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.

O espaço para Lefebvre não poderia ser concebido como algo passivo, vazio, como tendo apenas o sentido, como os outros “produtos”, da troca, do ser consumido, do desaparecer. Enquanto produto, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos das matérias-primas e das energias, rede de repartição dos produtos.

Lefebvre aponta que na estrita tradição marxista, o espaço social poderia ser considerado uma superestrutura. Como resultado das forças produtivas, como as estruturas das relações de propriedade entre outras. O espaço se vende, se compra, tem valor de troca e valor de uso. Portanto, não se situa neste ou naquele nível o conceito de espaço (social) e o próprio espaço escapam a classificação de superestrutura.

Ao longo do texto sobre “A Produção do espaço”, pode-se perceber que o espaço aparece, se forma, intervém em níveis diferentes. Ora no trabalho e nas relações de dominação (propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas relegaria os aspectos da prática.

Quando comenta sobre o espaço da modernidade, Lefebvre fala sobre a Bauhaus e Le Corbusier. Ao se referir a Bauhaus está se dirigindo a Walter Gropius e seus amigos, que foram tomados como revolucionários, na Alemanha entre os anos de 1920 e 1930. Se tornaram práticos e teóricos do espaço dito moderno, aquele do capitalismo “avançado”.

Segundo Lefebvre, o espaço da “modernidade” tinha características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ao se referir as características homogêneas, era por razões como: fabricação dos elementos materiais, métodos de gestão e de controle, de fiscalização e comunicação. Homogeneidade, mas ausência de planos e de projetos. O espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas, produzindo muitas vezes guetos isolados, grupos de casas suburbanas e pseudo-conjuntos mal integrados ao entorno e aos centros.

Para LEFEBVRE (1974) não se pode dizer que o modo de produção capitalista desde o seu princípio ordenou a extensão espacial existente, como por exemplo, as rotas marítimas (canais, rios, mares) depois as estradas, depois a construção das estradas de ferro para continuar pelas auto-estradas e aeroportos. Nenhum meio de transporte desapareceu no espaço, nem andar a pé, nem a cavalo, nem de bicicleta. Foi um novo espaço que se constituiu, no século XX, em escala mundial e sua produção não termina, continua. O novo modo de produção (a sociedade) se apropria, ou seja, planeja, arruma, segundo suas finalidades o espaço já existente. Modificações lentas penetrando em uma espacialidade consolidada, mas subvertendo-a com brutalidade, o caso do campo e das paisagens rurais no século XX.

Todavia o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico – um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade que é cenário que encaminha a análise. O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações. A produção da vida não envolve apenas produção de bens para satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social na medida em que é a realização do ser social ao longo do processo histórico. Assim o plano da produção articula a produção voltada para dois planos: o desenvolvimento das relações de produção de mercadoria e da produção da vida – num sentido mais amplo e profundo envolve a relação apropriação-dominação numa sociedade fundada na troca (CARLOS, 2001).

Diferentemente de Castells (1977), como afirma GOTTDIENER (1993) não se pode reduzir o espaço aos três domínios: produção, consumo e troca, usados comumente na economia política marxista. Como vimos para Lefebvre essas atividades e localizações, ao serem consideradas em conjunto no espaço social, podem constituir um quarto domínio de relações sociais, ou seja, a produção de mais-valia. O espaço deve ser considerado um elemento das forças produtivas da sociedade, especialmente através da forma ou do *design*. A economia política tradicional reconhece a importância da terra como meio de produção paralelamente a importância do capital e do trabalho. Segundo Lefebvre, o *design* espacial, é um aspecto de forças produtivas da sociedade, que juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho, contribuem para o nosso “potencial de produção”.

LEFEBVRE afirma:

A cidade, o espaço urbano e a realidade urbana não podem ser concebidos apenas como a soma dos locais de produção e consumo... O arranjo espacial de uma cidade, uma região, um país ou um continente aumenta as forças produtivas, do mesmo modo que o equipamento e as máquinas de uma fábrica ou de um negócio, mas em outro nível. Usa-se o espaço exatamente como se usa uma máquina (1979: 287).

Vemos nessa afirmação a visão marxista, os meios de produção se compõem de duas classes de objetos materiais. São os objetos de trabalho, processados pelo trabalho, como matérias-primas, e os meios de trabalho, as ferramentas usadas na produção. O ambiente construído, como definem os economistas políticos, é parte dos meios de produção, especificamente dos meios de trabalho.

Por entender como força de produção, o espaço possui o mesmo relacionamento contraditório com a propriedade privada (relações de produção) que tem com a posse de máquinas; ou seja, as relações sociais que regem as atividades associadas ao espaço necessitam adequar-se à forma pela qual o espaço é usado para adquirir riqueza (GOTTDIENER, 1993: 129). Para Lefebvre, o espaço possui no modo de produção, a mesma compreensão ontológica que o capital ou o trabalho. E as relações espaciais representam uma fonte rica e constante de contradições sociais que requerem análise em seus próprios termos e que não podem ser descartadas.

Lefebvre observa que, mesmo havendo um espaço de consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo. Isso pode ser exemplificado pelo turismo, onde o próprio meio ambiente é consumido pela recreação, ou pela re-localização dos negócios devido a atratividade dos recursos naturais. Desta maneira a própria forma espacial pode ser convertida em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores urbanos e turistas conheceram algum tempo. Assim, as relações sócio-espaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, de forma dialética que se opõe à redução a preocupações de classe ou de território.

Como menciona CARLOS (1994, p. 84), o urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não apenas no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.

A cidade aparece como um bem material, consumida conforme as leis de reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através

do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui um valor de uso e de troca específicos: como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo.

Carlos em seus estudos menciona que o uso do solo ligado a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver.

Por um lado o processo de reprodução espacial é influenciado pelo desenvolvimento de uma nova atividade produtiva, por outro lado, o processo de raridade impõe a necessidade de transformação de usos e funções de áreas consolidadas, impondo sua renovação através de intervenções do poder público e seus mecanismos estratégicos.

As transformações espaciais foram constatadas no processo, contudo, ao invés da anulação do espaço, o que se revelou foi a reafirmação e se notou cada vez mais sua importância dentro da estratégia de reprodução do espaço.

Na modernização organizou-se a oferta de serviços urbanos em grande escala. Prevaleceu a tendência a desvalorizar a estrutura urbana preexistente, e houve esforço para apagar, no passado urbano, o estigma do atraso. A cidade moderna inovou no urbano e a princípio conservadora no arquitetônico.

A cidade moderna foi o espaço de uma intensa experimentação urbanística. Nas sociedades em democratização prevaleceu o funcionalismo urbanístico; nas sociedades autoritárias além do funcionalismo, se valorizou o monumentalismo. Na cidade moderna, foi necessária a progressiva limitação e regulação da livre disposição da propriedade privada e do exercício da atividade produtiva. Na cidade moderna, se desenvolve a aliança entre o capital imobiliário e o poder público local. É necessário entender essa aliança, para compreender as transformações específicas vividas pela cidade, como um palco de transformação fundiária. Na cidade moderna, se rompe com a solidariedade consensual e interpessoal que é substituída pela explicitação da cidadania como um conjunto de direitos e obrigações. Esse conjunto é codificado num sistema de normas e regulado ou construído pelo costume, respeitado pelos membros. Na cidade moderna, surge a onipotência do urbanista. Desde os tratados renascentistas sobre a arquitetura, das Leis das Índias de 1573, o planejamento urbano tem tido preeminência entre as técnicas de constituição e preservação da ordem social. O urbanismo atinge seu ápice com a Carta de Atenas, onde o modernismo é concebido como poder técnico do desenho urbano de negar o passado, mediante referencia a um novo futuro.

Na atualidade o homem vive o momento do processo de reprodução em que a propriedade privada do solo urbano – condição da reprodução da cidade no capitalismo, passa a ser um limite de expansão econômica capitalista. Diante das necessidades da reprodução do capital, isto é o espaço produzido socialmente e tomado como mercadoria. Já no processo histórico, o espaço é apropriado primitivamente, criando limites a sua própria reprodução. É nesse momento, segundo Carlos (2001), que o espaço produto de reprodução da sociedade entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do próprio capital. Isto significa dizer que a “raridade” é produto do próprio processo de produção do espaço ao mesmo que sua limitação, o que se configura como uma contradição do espaço.

Segundo Carlos (2001, p. 174) o processo de reprodução do espaço se realiza produzindo novas contradições, como a da raridade o espaço (barreira e limite a ser superado pelo capitalismo) de áreas na metrópole para a expansão das atividades econômicas como decorrência do próprio desenvolvimento da economia, acaba exigindo/construindo um modo de superá-la. Nesse processo cria-se um conflito direto com os habitantes, que muitas vezes se sentem expulsos de seus bairros e de suas casas em função do processo causado pela renovação urbana.

Para Carlos o fenômeno da raridade se concretiza pela articulação de três elementos indissociáveis: a existência da propriedade privada do solo urbano; a centralidade da área e o grau de ocupação (índice de construção) da área no conjunto do espaço na metrópole.

Carlos (2001) ainda afirma que a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada esta na base do entendimento da reprodução espacial; uma vez que em uma sociedade fundada sobre a troca a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais a forma de mercadoria servindo as necessidades da acumulação através das mudanças e adaptações de uso e funções dos lugares, que se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias de reprodução. O espaço produzido enquanto mercadoria entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. As possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada à forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tomando espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível.

A necessidade de superar as contradições que surgem no processo de reprodução do espaço onde a raridade não ocorre em qualquer lugar da Cidade, mas sim; em determinados pontos, no contexto determinado pelo processo de urbanização.

É importante destacar que se um solo é cultivado, isso não significa que não tenha preço. O preço será dado pelos solos vizinhos de semelhantes características de fertilidade/localização e destino econômico, e considerando-se as melhorias incorporadas. Desta forma uma região onde os preços dos solos aumentam os proprietários, que não produzem verão aumentarem os preços de suas parcelas. É essa a causa da especulação da terra (FOLADORI, s/d).

A especulação imobiliária, segundo Foladori (s/d), constitui a causa de insustentabilidade. Subutiliza as vias e os meios de comunicação, pode aumentar os tempos de transporte, impede a produção de bens etc. Nas cidades, isso se torna ainda mais visível. Zonas novas, que antes eram agrícolas são loteadas para a construção de moradias. Os especuladores imobiliários compram terras ao preço de suas rendas agrícolas e as vende ao preço de suas rendas urbanas, uma especulação derivada da mudança na orientação econômica do solo. O resultado é o crescimento desordenado das cidades, com os conseqüentes aumentos nos tempos de percurso das pessoas, congestionamento do tráfego, maiores custos na rede de serviços, em contrapartida, o abandono do centro das cidades, prevalecem muitas vezes cortiços, apesar de contar com infraestrutura já instalada.

O setor imobiliário necessita de novas estratégias, para continuar se reproduzindo. Estratégias essas capazes de permitir a reprodução de outro setor produtivo, que apresentam novas necessidades quanto ao espaço construído, e necessitam de infra-estrutura moderna. A tendência de escassez do solo urbano no entorno dos centros econômico-financeiros das cidades, geram estratégias capazes de permitir a reprodução do capital, assegurada para se contornar o problema do espaço urbano, enquanto mercadoria tornada rara, em decorrência da intensificação do processo de urbanização e de mudanças no processo produtivo. A interferência do Estado, mudando a legislação, permitindo transformações nas leis de zoneamento, dirigindo o processo de desapropriação do solo urbano, criando mecanismos que permitam o remembramento de terrenos urbano, aumentando o coeficiente edificável, que permite a verticalização, cria mudanças significativas nas cidades.

Os discursos relacionados as carências de espaços urbanizados e alta de políticas habitacionais abrangentes, possuem um significado e um caráter social e econômico definidos: o espaço urbano e a natureza incorporam as leis do valor e da mercadoria.

Preservar ou Produzir o Espaço?

A cidade de Viçosa localizada na Zona da Mata Mineira apresenta em seu espaço urbano uma serie de problemas dentre eles a ocupação desordenada de encostas e topos de morro, as transformações de uso das edificações e finalmente o desaparecimento do pequeno acervo arquitetônico moderno e eclético encontrado em sua malha urbana.

As ocupações vêm pressionando áreas, que deveriam ser preservadas por sua história e por retratarem a memória e cultura municipal, tendo como os principais atores os grupos imobiliários influentes.

O crescimento imobiliário e os grandes empreendimentos trouxeram a transformação da cidade constatada no plano da morfologia que ilumina o plano do espaço construído. O processo de construção/adensamento e/ou crescimento na extensão da área urbana foi muito rápido no período de 1991-2000.

O processo de ocupação vem se caracterizando por não obedecer a um critério de planejamento, e ocorre de forma desordenada, levando em conta interesses financeiros e imediatistas. Este processo impulsiona a ocupação de áreas inadequadas para urbanização por parte dos mais carentes e gera os impactos sócio-ambientais no sistema urbano, consequência da segregação sócio-espacial e das desigualdades econômicas. Ocorrem ainda transformações de uso de algumas edificações de expressivo valor arquitetônico, e outras desaparecem, cedendo lugar a grandes edifícios que tornaram a especulação imobiliária ainda mais marcante na cidade.

Foi na década de 1920 do século passado que podemos reconhecer, mais do que uma nova fase, um novo período no processo de urbanização em Viçosa. A renovação técnica que o meio urbano viçosense conhece nas décadas anteriores será somada, em 1922, a um novo evento que pode ser caracterizado como o elemento central e impulsionador da urbanização do município até os dias atuais. Neste ano, foi instalada no município, pelo então governador do Estado de Minas Gerais, o viçosense Arthur da Silva Bernardes, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (atual Universidade Federal de Viçosa), visando potencializar o desenvolvimento a partir das características econômicas próprias da região, notadamente as atividades agrícolas (PEREIRA, 2005).

Durante os anos de 1960, ocorre a inversão no local de residência da maioria dos habitantes de Viçosa, onde, segundo dados do censo (IBGE), a população urbana, contando com 15.551 habitantes, ultrapassa a população da zona rural, que na mesma época contava com 10.226 moradores. O destaque sem dúvida era a universidade e seu poder de atração de novos habitantes para a cidade (PEREIRA, 2005).

Em Belo Horizonte no mesmo período podíamos ver retratado a época áurea do modernismo em Minas Gerais, com um expressivo acervo arquitetônico consolidado através de edificações residenciais e institucionais que até os dias atuais encontramos na capital.

Viçosa conheceu um crescimento acelerado que acompanhou o desenvolvimento e a expansão da Universidade Federal de Viçosa - UFV, e na década de 1980 a cidade conhece um crescimento significativo de sua população.

A Universidade, que podia ser considerada elemento centralizador das atividades urbanas no município, no início da década de 1980 duplicou o número de alunos matriculados, inserindo no espaço urbano novas demandas por serviços e uma renovação material, no que diz respeito a determinadas infraestruturas.

O sítio urbano, marcado pelo relevo, conhece uma expansão considerável, e entre as décadas de 1970 e 1980 inicia-se um processo de verticalização urbana, com o intuito de extrair maior lucratividade dos empreendimentos, principalmente na área central e em bairros valorizados.

De modo geral, as áreas centrais do espaço urbano são mais valorizadas em relação às áreas periféricas (CORRÊA, 2001, citado por PEREIRA, 2005), justamente por conta de uma maior concentração, no centro, de determinados equipamentos urbanos não encontrados em toda a cidade, gerando um processo de especulação/valorização imobiliária. Em Viçosa, a população local acaba se tornando vítima de um duplo processo de especulação imobiliária, visto que a área central, já valorizada por natureza, acaba se tornando mais valorizada por conta da proximidade com o *campus* da universidade federal.

Na área central e proximidades do *campus* da UFV, proliferam-se os empreendimentos imobiliários com vistas principalmente ao mercado composto por estudantes.

A UFV também constituiu elemento chave na organização do espaço, visto que ocupa grande área privilegiada na porção central da cidade e num sítio bastante plano, que, desta forma, significou um verdadeiro enclave no conjunto do espaço urbano, atuando mesmo como um fator estruturador do espaço construído e direcionador da expansão urbana para outras áreas, tal como destaca Ribeiro Filho (1997) citado por PEREIRA, 2005.

A ocupação de áreas impróprias se prolifera na periferia e no centro da cidade, concomitantemente também aumenta o número dos condomínios fechados no município. A população privilegiada é composta principalmente pelos professores da universidade federal e também por alguns empresários locais.

Se por um lado a ocupação de áreas impróprias se prolifera, por outro um expressivo acervo arquitetônico se perde, ou se transforma em nome da expansão e do desenvolvimento do espaço urbano. Edificações de gabaritos acima de dez pavimentos vão surgindo, e tomando o lugar de edificações que guardavam a memória municipal.



Figura 1. Lote vazio futuro empreendimento com mais de 10 pavimentos,
ao lado edificação com transformação de uso –
Praça Silvano Brandão – Viçosa, MG
Fonte: acervo particular Regina Esteves Lustoza - 2008



Figura 2. Edificação – transformação de uso
Praça do Rosário – Viçosa, MG
Fonte: acervo particular Regina Esteves Lustoza, jun./2009



Figura 3. Edificação década de 1950 - 1960
Praça do Rosário – Viçosa, MG
Fonte: acervo particular Regina Esteves Lustoza, jun./2009



Figura 4 . Edificação década de 1940
Praça do Rosário – Viçosa, MG
Fonte: acervo particular Regina Esteves Lustoza
2008



Figura 5. Lote vazio – sem a edificação
Praça do Rosário – Viçosa, MG
Fonte: acervo particular Regina Esteves Lustoza
jun./2009

Considerações Finais

A cidade de Viçosa apresenta aspectos sócio-geográficos que indicam uma diversidade de situações e contradições, que se realizam e continuam a se reproduzirem no interior no meio urbano.

Foi com uma ocupação lenta e gradativa da região, mais tarde acelerada pela implantação da cultura cafeeira, que importantes traços na história do lugar foram deixados. As atividades tradicionais da agricultura, juntamente com os contextos políticos e técnicos do início do século XX deram origem a instalação da atual Universidade Federal de Viçosa – UFV, que podemos afirmar ter sido o principal elemento normatizador e centralizador das ações urbanas no município.

Com a Universidade Federal e com seu crescimento, Viçosa cresce de forma desordenada e desigual, permitindo que o desenvolvimento e a espacialização científica do lugar ocorressem de forma conjugada com a urbanização não planejada e com traços de desigualdades sociais, onde a ocupação de áreas impróprias e a falta de infraestruturas urbanas básicas na periferia, em contraposição a uma urbanização segregada e que se distancia do urbano problemático (condomínios fechados), são alguns dos exemplos típicos do processo.

Vimos que Viçosa vem se transformando e expandindo sua área urbana de forma acelerada e muitas vezes esquecendo seu patrimônio histórico edificado. Com isso a memória local sofre com a ameaça de desaparecer e assim também a cultura de uma população, expressa na sua arquitetura pelas residências e edificações institucionais, e no urbanismo através do traçado de suas ruas, praças e quadras. O acervo arquitetônico e urbanístico de um período expressivo da cidade esta dando lugar a edificações sem qualquer tipo de identidade.

Cabe ressaltar a importância e a urgência de se desenvolver e disseminar uma metodologia e análise da morfologia urbana adequada a especificidade do objeto e atenta à preservação da identidade e memória dos lugares, principalmente quando surgem intervenções em áreas com expressivo acervo arquitetônico e urbanístico merecedores de uma preservação. Este artigo procurou salientar e apontar uma reflexão com relação ao que vem ocorrendo com o patrimônio e a produção do espaço urbano em municípios do interior mineiro. É importante o desenvolvimento de estudos e inventários arquitetônicos e urbanísticos que tragam informações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e normas de intervenções em sítios urbanos sejam eles históricos ou que possuam expressivo acervo.

Por fim salientamos a necessidade de se discutir e integrar as diferentes esferas de planejamento e preservação municipais, especialmente na elaboração conjunta de Planos de Preservação, com base no conhecimento histórico e morfológico dos sítios urbanos.

Referencia Bibliográfica

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "A (re) produção do espaço urbano: o caso de Cotia", São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, tese de doutorado, 1986.

CHOAY, Françoise. "A Alegoria do Patrimônio". São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FOLADORI, Guillermo. "O metabolismo com a natureza", tradução: Marise Manuel, In: Crítica Marxista, s/d.

FONSECA, Cláudia Damasceno. "Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural". Instituto de Geociência, UFMG: Belo Horizonte, 1995

FONSECA, Maria Cecília Londres. "O Patrimônio em Processo". Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso". In: OLIVEIRA, Lippi (Orgs.) Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002

GOTTDIENER, Mark. "A Produção social do espaço urbano". tradução: Geraldo Gerson dos Santos, São Paulo: Edusp, 1999

LEFEBVRE, Henry. "The Production of space". Massachusetts: Blackwell, 1974

LUSTOZA, Regina Esteves. "Produção do Espaço Urbano e questão ambiental: a urbanização entre mar e montanha na Cidade do Rio de Janeiro", Niterói: Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia, tese de doutorado, 2006.

LUSTOZA, Regina Esteves e MELLO, Mariana Rocha. "Leituras das Intervenções em sítios urbanos históricos: o caso de Mariana, MG"; In: Anais do III Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Cultural Edificado Arquimemoria 3, Salvador, jun./2008

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. 'Contradições de uma "cidade científica": processo de urbanização e espacialização territorial em Viçosa, MG'; Caminhos da Geografia 18 (16) 197-206, out. /2005

PINTO, Ana Paula Silva. "Uma análise da implantação do Programa Estrada Real nos distritos de Ouro Preto, MG". Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo: monografia de final de curso, dez./ 2007.